Docusign Envelope ID: 83986FC4-04E9-443A-BD27-85D627DFAC93

EcoTaubaté

ECOTAUBATÉ AMBIENTAL S.A.

CNPJ nº 24.890.764/0001-68

GRUPO MARQUISE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2024

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	895	4.939
Contas a receber de clientes	5	54.229	63.135
Estoques	6	910	923
Impostos a recuperar	7	4.968	4.845
Outras contas a receber		928	1.035
Total do ativo circulante		61.930	74.877
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos diferidos	7	258	271
Depósitos judiciais	9	516	270
Total do realizável a longo prazo		774	541
Intangível	10	1.052	1.455
Total do ativo não circulante		1.826	1.996
Total do ativo		63.756	76.873

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	11	3.684	8.640
Obrigações trabalhistas	13	2.188	2.090
Obrigações tributárias	14	2.878	2.702
Dividendos a pagar	8	3.600	2.581
Passivo de arrendamento	12	267	173
Adiantamentos de clientes		38	28
Total do passivo circulante		12.655	16.214
Não Circulante			
Impostos diferidos	14	15.101	16.383
Partes relacionadas	15	21.550	21.550
Passivo de arrendamento	12	212	518
Provisão para contingências	16	759	798
Total do passivo não circulante		37.622	39.249
Patrimônio líquido	17		
Capital social		10.511	10.511
Reservas de lucros		2.968	10.899
Total do patrimônio líquido		13.479	21.410
Total do passivo e do patrimônio líquido		63.756	76.873

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10.511	1.687	327	–	12.525
Distribuição de dividendos	–	–	(11.000)	–	(11.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	19.885	19.885
Destinação dos lucros:					
Reserva legal	–	415	–	(415)	–
Transferência para reserva de retenção de lucros	–	–	19.470	(19.470)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.511	2.102	8.797	–	21.410
Reversão distribuição de dividendos	–	–	2.581	–	2.581
Distribuição de dividendos	–	–	(26.000)	–	(26.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	15.488	15.488
Destinação dos lucros:					
Transferência para reserva de retenção de lucros	–	–	15.488	(15.488)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.511	2.102	866	–	13.479

Demonstrações do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita líquida de serviços	18	75.276	91.036
Custo dos serviços prestados	19	(43.395)	(51.550)
Lucro bruto		31.881	39.486
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas		(31)	(79)
Despesas gerais e administrativas	20	(9.369)	(9.793)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		333	13
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		22.814	29.627
Resultado financeiro, líquido	21	603	446
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		23.417	30.073
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	22	(8.318)	(5.614)
Diferido	22	389	(4.574)
Lucro líquido do exercício		15.488	19.885

Demonstrações do Resultado Abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	15.488	19.885
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes	15.488	19.885

Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	15.488	19.885
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	154	1.113
Impostos diferidos	(1.269)	8.215
Provisão para contingências	(39)	605
Variações nos ativos e passivos :		
Contas a receber	8.906	(35.145)
Estoques	13	3
Créditos tributários	(123)	(2.003)
Outras contas a receber	117	(18)
Depósitos judiciais	(246)	(124)
Fornecedores	(4.956)	5.270
Obrigações trabalhistas	98	(930)
Obrigações tributárias	176	650
Caixa líquido das atividades operacionais	18.319	(2.479)
Aquisições de ativo intangível	249	(387)
Caixa líquido das atividades de investimento	249	(387)
Partes relacionadas	–	13.750
Empréstimos e financiamentos	(212)	(195)
Dividendos pagos	(22.400)	(7.000)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(22.612)	6.555
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(4.044)	3.689
No início do exercício	4.939	1.250
No fim do exercício	895	4.939
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(4.044)	3.689

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Ecotaubaté Ambiental S.A., concessionária de serviços públicos de limpeza urbana, com sede e foro na Rua Padre José Rubens Bonafé, 653 - Bairro Parque Bandeirantes, Taubaté - SP, foi constituída em 30 de maio de 2016. É uma Companhia de capital fechado e de propósito específico, com sede na cidade de Taubaté, São Paulo. As atividades de prestação de serviços públicos de limpeza e manejo de resíduos sólidos executados pela Companhia estão especificadas no contrato de concessão administrativa 24.800/14 (concorrência n°12/14), celebrado com a Prefeitura Municipal de Taubaté em 31 de maio de 2016, com duração de 30 anos. **Contrato de concessão:** O contrato de concessão firmado entre a Companhia e a Prefeitura de Taubaté traz mudanças em relação aos contratos tradicionais de prestação de serviço. Além de resguardar a qualidade do serviço, pelo planejamento para médio, curto e longo prazos, tem a garantia da concessionária na realização dos investimentos necessários ao setor, de acordo com cronograma compartido pelas partes. **2. Apresentação das demonstrações contábeis: Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 31 de março de 2025. **a. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas, julgamento e contingências:** A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **• Nota 5** - Contas a receber de clientes; **• Nota 10 -** Ativo intangível (vida útil); **• Nota 16 -** Provisão para contingência. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **b. Receita de prestação de serviço:** A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47/IFRS 15: **1-** Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; **2-** Identificar as obrigações em cada tipo de contrato; **3-** Determinar o preço de cada tipo de transação; **4-** Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; **5-** Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato. As receitas referentes ao contrato de prestação de serviços com a Prefeitura do Município de Taubaté são reconhecidas com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado do contrato de serviço não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. Após análise detalhada dessas receitas, a Empresa concluiu que as mesmas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente. As receitas de vendas e prestação de serviços são registradas pelo valor justo da compensação recebida ou a receber e estão apresentadas líquidas dos impostos incidentes sobre vendas e serviços, dos cancelamentos e abatimentos. A receita de venda e serviços é reconhecida no resultado quando o seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos dos serviços prestados sejam gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica Receitas financeiras. **c. Contas a receber de clientes:** Decorrentes, exclusivamente, de serviços faturados contra o Município de Taubaté, registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal ou de realização, atualizados monetariamente, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, se aplicável, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir eventuais perdas na realização dos créditos, tomando como base a análise individual dos créditos. **d. Estoques:** A Companhia mensura os estoques pelo custo médio de aquisição. Os ajustes, quando necessários, são efetuados conforme o valor justo. O estoque está demonstrado da seguinte forma: • Materiais em almoxarifado nas unidades produtivas. **e. Ativo intangível: (i) Concessionárias de serviços públicos:** Os bens adquiridos que fazem parte do objeto do contrato de concessão dos serviços públicos referem-se, substancialmente, a tratores, veículos e aterro sanitário. Os referidos bens são classificados como intangível e serão, ao final do contrato, revertidos para o poder concedente. Para os investimentos realizados (terrenos, aquisições de veículos, máquinas e equipamentos, entre outros) e não depreciados e amortizados até a data de retomada dos serviços pelo Município e, ainda, para os investimentos não previstos no cronograma da prestação do serviço, a Companhia receberá indenização no advento do termo de encerramento contratual. **(ii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. **(iii) Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado fundamentando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. A Companhia revisou a vida útil dos bens integrantes do ativo intangível, sendo estabelecido o prazo de amortização de 5 anos. A revisão levou em consideração o uso esperado do ativo, avaliado com base na sua produção física esperada, desgaste físico normal esperado e a obsolescência técnica proveniente de mudanças ou melhoria na utilização dos bens. **(iv) Arrendamentos:** A partir de 1° de janeiro de 2019, todos os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por: • Arrendamentos de ativos de baixo valor; • Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por taxa de empréstimo incremental da Empresa. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se dependerem de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem. Ativos de direito de uso são inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento. A mensuração subsequente do passivo de arrendamento considera o aumento do saldo do passivo para refletir os juros incorridos; a redução do saldo do passivo para refletir os pagamentos efetuados e os ajustes no saldo do passivo por mensuração, para refletir qualquer reavaliação ou modificações do leasing ou para refletir pagamentos em substância fixos revisados. A mensuração subsequente do ativo de direito de uso considera o modelo de custo (adotado no reconhecimento inicial). Este modelo contempla o custo inicial reduzido de depreciações e perdas acumuladas por *impairment* e os ajustes advindos de mensurações do passivo de arrendamento passíveis de ajuste no ativo de direito de uso. **f. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. **g. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **h. Impostos correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no momento da emissão da fatura de prestação de serviço e sua realização ocorre no período do recebimento da referida fatura. Adicionalmente, é reconhecido o passivo de imposto de renda e a contribuição social relacionado com o diferimento de lucros não realizados oriundos de valores a receber da municipalidade, conforme permitido pela legislação do imposto de renda. O saldo de PIS e COFINS diferidos é reconhecido em decorrência da diferença temporal do critério de reconhecimento fiscal para o critério de reconhecimento contábil da Receita. Os saldos de PIS e COFINS diferidos são reconhecidos no mesmo momento do reconhecimento da receita. **i. Exposições fiscais:** Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. **j. Demais passivos circulantes e não circulantes:** Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos e exigíveis, e que seja provável a necessidade de recursos econômicos para liquidá-los. Quando aplicável, são acrescidos dos respectivos encargos e das variações monetárias ou cambiais. **k. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros: a) Classificação:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("VJR"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. **b) Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. **c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **d) Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **(ii) Passivos financeiros: a) Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os principais passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, obrigações com terceiros e permutantes e outras contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **b) Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **c) Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	2024	2023
Bancos	895	4.939

5. Contas a receber de clientes:	2024	2023
Serviços ambientais	54.229	63.135
Circulante		

	2024	2023
A vencer	4.963	6.121
Vencidos a 30 dias	6.121	6.121
Vencidos a 60 dias	6.121	4.962
Vencidos a 90 dias	4.963	8.225
Vencidos a 180 dias	9.000	32.208
Vencidos a mais de 180 dias	23.061	5.498
	54.229	63.135

As contas a receber representam créditos com a Prefeitura do Município de Taubaté em razão dos serviços prestados, contabilizados pelo valor nominal dos títulos de acordo com o contrato.

6. Estoques:	2024	2023
Materiais em almoxarifado nas unidades produtivas	910	923

Os estoques compõem-se de peças, materiais e equipamentos de manutenção da frota de veículos utilizados nos serviços da Companhia.

7. Impostos e contribuições a recuperar:	2024	2023
Créditos tributários correntes		
Imposto de renda	2.158	1.720
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	90	–
Programa de integração social (PIS)	396	474
Contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS)	1.806	2.167
Previdência social (INSS)	518	484
	4.968	4.845

	2024	2023
Créditos tributários diferidos		
IRPJ a recuperar diferido	190	199
CSLL a recuperar diferida	68	72
	258	271

8. Dividendos:	2024	2023
a) Dividendos a pagar:		
Construtora Marquise S.A.	2.376	1.703
Fortnort Desenvolvimento Ambiental e Urbano Ltda.	1.224	878
	3.600	2.581

9. Depósito judicial:	2024	2023
Depósito recursal trabalhista	516	270

10. Intangível:

	Taxas a.a.	Custo corrigido (2024)	Depreciação acumulada (2024)	Líquido 2024	Líquido 2023
Máquinas e equipamentos	20%	2.861	(2.383)	478	461
Aparelhos e ferramentas	33%	597	(541)	56	244
Instalações	4%	9	(1)	8	3
Veículos	20%	7.928	(7.902)	26	46
Móveis e utensílios	14%	226	(184)	42	41
Computadores e periféricos	33%	104	(102)	2	6
Tratores	20%	1.239	(1.220)	19	28
Telefonia	33%	5	(12)	(7)	(7)
Direito de uso	Diversas	1.658	(1.230)	428	633
Software	20%	2	(2)	–	–
		14.629	(13.577)	1.052	1.455

A Companhia revisou a vida útil e o valor residual dos bens integrantes do ativo intangível. A revisão levou em consideração o uso esperado do ativo, avaliado com base na sua produção física esperada, o desgaste físico normal esperado e a obsolescência técnica proveniente de mudanças ou melhoria na utilização dos bens.

Movimentação do custo corrigido	2023	Adições	Baixas	2024
Máquinas e equipamentos	2.690	171	–	2.861
Aparelhos e ferramentas	873	6	(282)	597
Instalações	4	5	–	9
Veículos	8.073	–	(145)	7.928
Móveis e utensílios	195	36	(5)	226
Computadores e periféricos	104	–	–	104
Tratores	1.274	–	(35)	1.239
Telefonia	5	–	–	5
Direito de uso	1.658	–	–	1.658
Software	2	–	–	2
	14.878	218	(467)	14.629

Movimentação da depreciação	2023	Adições	Baixas	2024
Máquinas e equipamentos	(2.229)	(154)	–	(2.383)
Aparelhos e ferramentas	(629)	(44)	132	(541)
Instalações	(1)	–	–	(1)
Veículos	(8.027)	(20)	145	(7.902)
Móveis e utensílios	(154)	(34)	4	(184)
Computadores e periféricos	(98)	(4)	–	(102)
Tratores	(1.246)	(9)	35	(1.220)
Telefonia	(12)	–	–	(12)
Direito de uso	(1.025)	(205)	–	(1.230)
Software	(2)	–	–	(2)
	(13.423)	(470)	316	(13.577)

11. Fornecedores:	2024	2023
Fornecedores de materiais diversos	3.684	8.640

12. Passivo de arrendamento:

Instituição financeira	Taxa a.a.	Tipo	2024	2023
Arrendamento mercantil	8,78%	Aluguel	479	691
Circulante			267	173
Não circulante			212	518

13. Obrigações trabalhistas:

	2024	2023
Salários a pagar	527	505
FGTS	75	80
INSS	281	280
Contribuição sindical	7	7
Provisão de férias e encargos sociais	1.298	1.218
	2.188	2.090

14. Obrigações tributárias:

14.1 Impostos correntes:	2024	2023
ISS	14	17
PIS	493	452
COFINS	2.282	2.096
CSLL	–	55
INSS	14	15
IRRF, PIS, COFINS e CSLL retidos	75	67
	2.878	2.702

14.2 Impostos diferidos:	2024	2023
IRPJ	5.546	5.842
CSLL	1.996	2.103
PIS	1.274	1.430
COFINS	6.285	7.008
	15.101	16.383

15. Partes relacionadas:	Não circulante 2024	Não circulante 2023
José Carlos Valente Pontes	7.112	7.112
José Erivaldo Arraes	7.112	7.112
Caio Marco de Stefano	7.326	7.326
	21.550	21.550

16. Contingências: A Companhia possui ações, de natureza exclusivamente trabalhista, em curso com probabilidade de perda provável no montante de R$ 759 em 2024 (R$ 798 em 2023) e de perda possível, no montante de R$ 41.287 em 2024 (R$ 3.653 em 2023), segundo a opinião dos seus consultores jurídicos contratados. A Administração da Companhia avaliou a natureza dos riscos das causas prováveis e manteve a provisão do valor estimado de condenação.

17. Patrimônio líquido:

17.1 Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 10.511 representados por 10.511.000 de ações nominativas e sem valor nominal, distribuído como segue:

	2024 Quantidade	2024 Capital	2023 Quantidade	2023 Capital
Ações				
Ordinárias	10.511	10.511	10.511	10.511
	10.511	10.511	10.511	10.511

a. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **b. Reserva de retenção de lucros:** Em função da Ecotaubaté Ambiental S.A. ser uma Companhia de capital fechado, a Assembleia Geral, baseada no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, vem deliberando a retenção dos lucros remanescentes, após a dedução da Reserva legal e a distribuição de dividendos. **c. Dividendo mínimo obrigatório:** Em função da Ecotaubaté Ambiental S.A. ser uma Companhia de capital fechado, a Assembleia Geral, baseada no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, vem deliberando a retenção dos lucros remanescentes, após a dedução da Reserva legal e a distribuição de dividendos, quando deliberada a sua manutenção como Reserva de lucros. O Estatuto Social da Companhia, em seu art. 15, estabelece a destinação do lucro líquido a título de distribuição de dividendo mínimo obrigatório (25%), salvo o disposto no parágrafo 3º do art. 202 da Lei n° 6.404/76, que permite à Assembleia Geral reter todo o lucro líquido como Reserva de Lucros.

18. Receita líquida de serviços:	2024	2023
Receita bruta de serviços de limpeza urbana	87.785	106.164
Impostos incidentes:		
ISS	(4.389)	(5.308)
PIS	(1.448)	(1.752)
COFINS	(6.672)	(8.068)
	75.276	91.036

19. Custo dos serviços prestados por natureza:	2024	2023
Pessoal	(17.253)	(20.797)
Materiais aplicados	(5.408)	(5.321)
Serviços contratados	(19.615)	(23.159)
Depreciação e amortização	(233)	(898)
Aluguéis de veículos, máquinas, equipamentos	(277)	(789)
Outros	(609)	(586)
	(43.395)	(51.550)

20. Despesas gerais e administrativas por natureza:	2024	2023
Pessoal	(6.184)	(6.534)
Aluguel	(378)	(371)
Manutenções	(43)	(47)
Depreciação	(237)	(221)
Despesas tributárias	(77)	(47)
Provisão para contingência	39	(605)
Serviços	(2.273)	(1.959)
Outras despesas gerais e administrativas	(216)	(9)
	(9.369)	(9.793)

21. Resultado financeiro, líquido:	2024	2023
Outras receitas financeiras	667	521
Despesas bancárias	(64)	(75)
	603	446

22. Imposto de renda e contribuição social:

CORRENTE	2024	2023
Lucro antes dos impostos	23.417	30.073
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias:		
(+) Adições		
Despesas em geral	42	54
Provisão para contingência	–	605
Juros s/ arrendamento mercantil financeiro	50	67
Depreciação s/ bens (leasing financeiro)	205	1.121
Lucros realizados no período	33.261	24.893
Total	33.558	56.813
(–) Exclusões		
Reversão de provisão para contingência	(39)	–
Outras exclusões	(175)	(410)
Contraprestação paga - leasing financeiro	(262)	(262)
Lucros não realizados no período	(31.881)	(39.485)
Total	(32.357)	(40.157)
(=) Base do IRPJ e CSLL	24.618	4.140
Alíquota vigente	34%	34%
(=) Imposto de renda e contribuição social	8.346	5.640
(–) PAT	(28)	(26)
(=) Imposto de renda e contribuição social	8.318	5.614

DIFERIDO	2024	2023
Lucros realizados no período	33.261	24.893
Lucros não realizados no período	(31.881)	(39.485)
Provisão (reversão) para contigência	(39)	605
Depreciação fiscal x societária	(197)	533
Base de cálculo do IRPJ e CSLL diferido	1.144	(13.454)
IRPJ e CSLL diferido - alíquota 34%	34%	34%
	389	(4.574)

23. Instrumentos financeiros: a. Risco de crédito: A Companhia adota eficazes políticas de crédito desenvolvidas por seus gestores e aprovadas por sua alta administração. As melhores práticas de mercado, aliadas ao profundo conhecimento de seus negócios, possibilitaram e determinaram a definição, a elaboração e a aprovação de ações necessárias à proteção dos recebíveis do Cliente. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. As ações preventivas começam pela escolha criteriosa das licitações, essa objetiva não apenas a simples captação de possíveis Contratos, mas também a garantia de futuros créditos saudáveis com o Ente Público. Nos editais são observadas e analisadas a existência, origem e disponibilidade dos recursos financeiros. **b. Risco de liquidez:** Historicamente, a Companhia não mantém passivos em atraso, refletindo na inexistência de ocorrências de protestos e ótima reputação com fornecedores, instituições financeiras, colaboradores e clientes. A Administração financeira visa a garantir recursos necessários não apenas para a liquidação diária dos compromissos, mas o suficiente para atender sem contratempos às necessidades de caixa, possibilitando uma gestão mais eficaz sem perdas financeiras ou riscos à reputação da Companhia **c. Risco operacional:** As atividades empresariais da Companhia estão expostas a riscos decorrentes de suas operações. A utilização intensiva de veículos e equipamentos, conciliada à implementação de processos produtivos com emprego de mão de obra, possibilita a ocorrência de acidentes de trabalho. **24. Eventos Subsequentes:** Não ocorreram fatos relevantes entre a data final do exercício e a data de aprovação da emissão dessas demonstrações contábeis.

Diretoria

Hugo Nery dos Santos - Diretor Geral

Paulo Studart Neto - Diretor Operacional

Contador

Daniele Cristine Capoulade - CRC - 021298-O-CE

WWW.GRUPOMARQUISE.COM.BR

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 22/04/2025 20:33:31 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
ICP Brasil
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*